

ATRÁS DAS GRADES ÁREA MENOS CONTEMPLADA É A DA JUSTIÇA. PRESÍDIOS ESTÃO SUPERLOTADOS, MAS NÃO HÁ REPASSE PARA CONSTRUÇÕES E REFORMA DE UNIDADES

Verba federal para Segurança é 49% menor que o prometido

Dos R\$ 50 milhões que Lula prometeu em 2003, Estado só recebeu R\$ 25,8 milhões

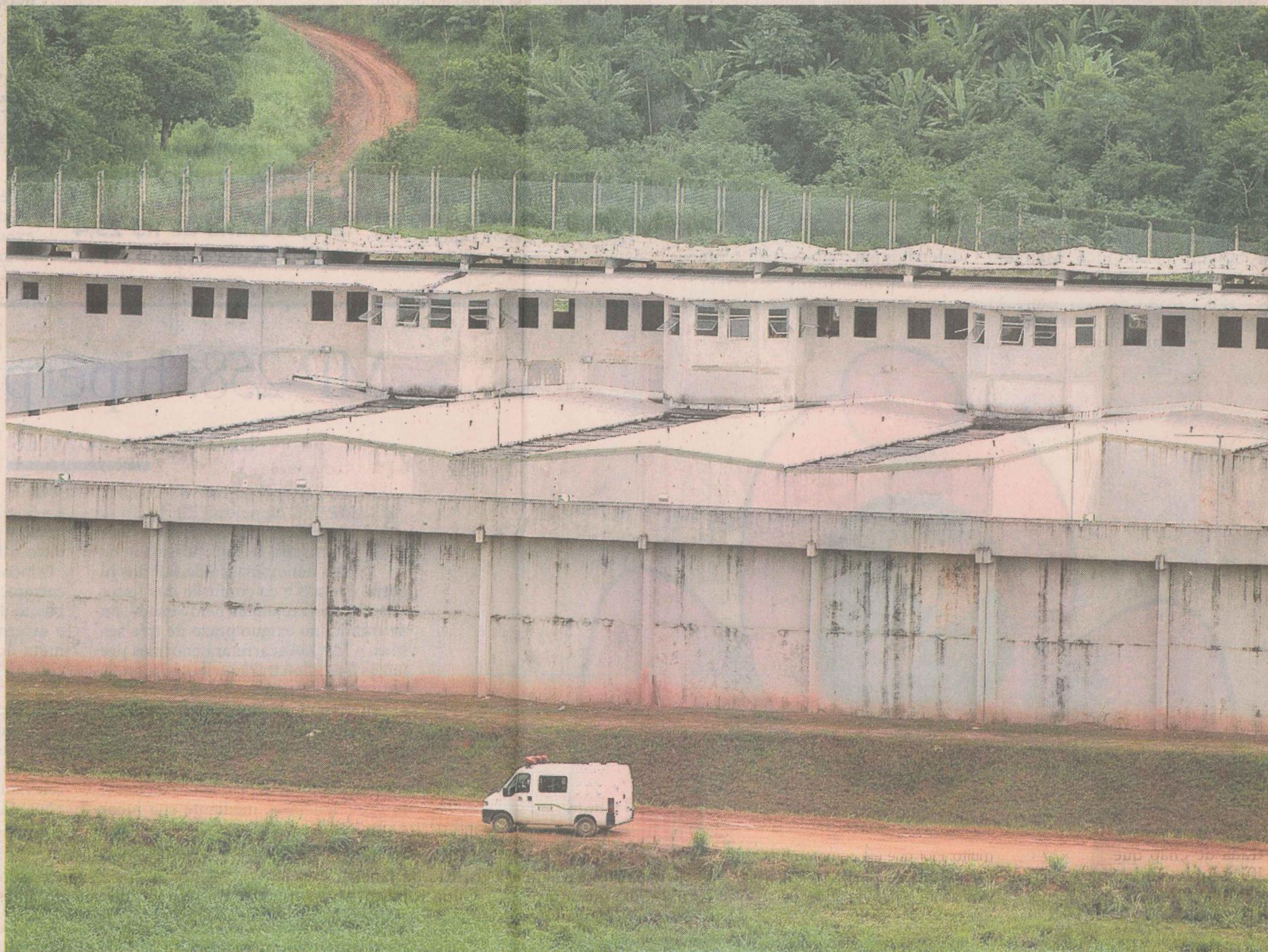
CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

Parecia que os tempos seriam verdadeiramente outros, quando, em março de 2003, em terras capixabas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu que seu Governo garantiria à população brasileira mais segurança. E aqui lançou o projeto-piloto do Gabinete de Gestão Integrada contra a criminalidade.

Mais de dois anos depois, a falta de investimentos do Governo federal no sistema prisional do Espírito Santo - e do país - é motivo de críticas e lamentações dos secretários da Justiça e de Segurança, Fernando Zardini e Rodney Miranda, respectivamente.

Em 2003, o presidente Lula prometeu liberar R\$ 50 milhões para o Estado, sendo R\$ 30 milhões para estabelecimentos prisionais e R\$ 20 milhões para a Segurança Pública, a única área contemplada com os repasses.

Dos R\$ 30 milhões prometidos para a área prisional do Espírito Santo, Zardini garante que o Governo federal liberou, em dezembro de 2004, apenas R\$ 4,8 milhões, de um total de R\$ 11 milhões previs-



XEQUE-MATE. No Presídio de Segurança Máxima há 200 homens acima da capacidade e, diante da precariedade das condições da unidade e do risco de fuga de detentos

30 milhões para investimentos prisionais e R\$ 20 milhões para a Segurança Pública, a única área contemplada com os repasses.

Dos R\$ 30 milhões prometidos para a área prisional do Espírito Santo, Zardini garante que o Governo federal liberou, em dezembro de 2004, apenas R\$ 4,8 milhões, de um total de R\$ 11 milhões previstos para a construção de um presídio em São Mateus, com 400 vagas e em fase de licitação. E cerca de R\$ 1 milhão em convênios de projetos de ressocialização de presos, liberados neste ano.

O secretário queixa-se da falta de recursos novos. Mas, até mesmo o que havia sido garantido por Brasília, como a construção de um presídio federal para 200 internos, ainda não passa de promessa.

Até a última sexta-feira, não havia sido aberta a licitação para a construção do presídio, previsto para Viana, obra orçada em R\$ 21 milhões. "Esperamos que a licitação saia até o final deste ano, porque as obras foram previstas para 2006", diz Zardini.

Déficit. É o próprio Zardini quem admite que o Espírito Santo possui um déficit de 1.711 vagas de presídios. Hoje, há 5.027 detentos em 15 unidades ligadas à Secretaria de Justiça e em muitas há superlotação, como acontece, por exemplo, no Presídio de Segurança Máxima, em Viana, com 200 homens acima da sua capacidade.

"Precisamos de mais três unidades, com 500 vagas cada, a um custo total de construção da ordem de R\$ 45 milhões. Além disso, temos que reformar e ampliar o presídio feminino de Tucum, em Cariacica, e reformar os galpões da Penitenciária Agrícola. Dependemos de repasses federais, mas já fomos informados que, neste ano, não teremos verbas novas do Ministério da Justiça", diz ele.

Zardini garante que a queixa sobre escassez de verbas é generalizada. "No encontro nacional de secretários de Justiça, neste mês, todo mundo reclamou", afirma.

"A informação é que dos R\$ 412 milhões previstos para o combate à criminalidade neste ano, só foram garantidos R\$ 169,7 milhões", disse o secretário de Justiça.



XEQUE-MATE. No Presídio de Segurança Máxima há 200 homens acima da capacidade e, diante da precariedade das condições da unidade e do risco de fuga de detentos perigosos, a Justiça deu prazo de 15 dias ao Governo para adoção de providências, sob pena de interdição do local. FOTO: RICARDO MEDEIROS

Rodney critica a falta de investimentos

Secretário de Segurança diz que falta de investimento no sistema prisional é contra-senso

O secretário de Estado da Segurança, Rodney Miranda, não se queixa de falta de repasses federais para a sua área, mas admite que o não-investimento no sistema prisional é um contra-senso, diante da conjuntura atual, onde a violência é apontada como um dos principais problemas do país.

Dos R\$ 20 milhões prometidos para a sua pasta, em 2003, pelo presidente Lula, o Governo federal repassou, um ano depois, R\$ 10 milhões para a aquisição de 449 veículos (carros e motos), primeira compra direta feita pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Os outros R\$ 10 milhões, com 20% de contrapartida estadual, foram repassados por meio de um convênio firmado em 2004, para investimentos em reforma de unidades policiais, como os DPJs de Laranjeiras e Cariacica, delegacia de Jacaraípe, e im-

plantação de oito laboratórios da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Com parte desse mesmo montante também estão sendo compradas armas e equipamentos, como coletes à prova de bala. Além disso, são realizados cursos de qualificação profissional.

"Minguado". Os investimentos na área de Segurança, segundo Rodney Miranda, em nível nacional, estão cada vez mais "minguados". No ano passado foram investidos R\$ 300 milhões e, para 2006, pouco mais de R\$ 100 mi-

lhões estão previstos.

Ele diz que a falta de investimentos na área prisional afeta muito a Segurança Pública. A falta de vagas nos presídios ligados à Justiça se reflete na sua área, já que a Secretaria de Segurança mantém em delegacias e DPJs, atualmente, dois mil presos.

Por isso mesmo, o Governo estadual anunciou, na última quinta-feira, a construção de um "cadeião" com 400 vagas, um investimento de R\$ 5 milhões, além de um presídio militar, orçado em R\$ 2,5 milhões, com recursos próprios do tesouro estadual.

TCU cobra devolução de R\$ 1,4 milhão

Se por um lado há queixas sobre falta de repasses federais, de outro o Governo do Estado corre risco de ter que devolver à União um total de R\$ 1.453.490,22, relativos a execução de projetos na área prisional, na administração de José Ignácio Ferreira.

O maior montante, de R\$ 1.211.490,22, é referente à falta de contrapartida financeira estadual na construção do Presídio de Segurança Máxima (PSMA) de Viana e, desse total, R\$ 330.108,57 correspondem a juros.

Outros R\$ 242 mil são relativos a não-construção de um prédio destinado a administração do Complexo Penitenciário de Viana.

O Tribunal de Contas da União deu prazo de 15 dias ao Governo do Estado, com vencimento previsto para a próxima semana, para que ele apresente justificativas ou faça a devolução do dinheiro.

O secretário da Justiça, Fernando Zardini, já admite a devolução dos R\$ 242 mil, porque alega que não se justifica a construção de um novo prédio, uma vez que a administração do complexo já ocupa um espaço que seria destinado à administração do PSMA, em Viana.

Já em relação ao montante de R\$ 1,2 milhão, que segundo o TCU não foram oferecidos como contrapartida na construção do PSMA - as verbas teriam que ter sido liberadas em abril (R\$ 334.767,68), agosto (R\$ 289.056,10) e setembro (R\$ 29.725,71) de 2002 -, a secretaria tentará evitar a devolução do dinheiro.

Detentos dominam presídio, alerta juiz

Um prazo de 15 dias, a contar desde a última quinta-feira, foi dado ao Governo do Estado pelo juiz da Vara de Execuções Penais de Vitória, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, para que sejam adotadas providências em relação ao estado precário e à superlotação do Presídio de Segurança Máxima de Viana (PSMA). Se nada for feito, o juiz garante que a unidade pode ser interditada.

Carlos Eduardo Lemos diz que há risco de fuga porque o presídio está sob controle dos detentos, classificados por ele como homens de alta periculosidade. "As galerias estão interligadas e as visitas têm que ser feitas dentro das celas", denuncia o juiz.

No PSMA, Lemos diz que há atualmente 707 presos, mas a capacidade real é para abrigar 500. Desde outubro, o juiz afirma que já foram descobertos três túneis escavados por detentos.

"No local entra tudo: armas, drogas, telefone celular. Os presos tornaram-se donos da unidade. Vou ao presídio e saio de lá deprimido. De maneira geral, no Espírito Santo, o Governo só apaga incêndio nessa área, porque os presídios só vivem lotados. As ações até agora adotadas têm se mostrado incipientes", critica o magistrado.

Medidas. O secretário de Estado da Justiça, Fernando Zardini, disse que será ampliado o contingente de homens que atuam na segurança. "Estamos discutindo a logística com comandantes de batalhões militares", explicou.

Zardini disse que chegaram três aparelhos de raios X, que serão instalados nos complexos penitenciários de Viana e Vila Velha. E que serão lançados protocolos para revista de visitas e de malotes nas unidades prisionais e realizados treinamentos de servidores.



PALIATIVO. Carlos Eduardo Lemos garante que, no Espírito Santo, o Governo "só apaga incêndio na área prisional". FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA